

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SONIA MARA FERREIRA DE ARAÚJO

ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE COOPERAÇÃO EM REDES PÚBLICAS  
ESTADUAIS E FEDERAIS ASSOCIADAS AO TURISMO: O CASO DE  
RIBEIRÃO GRANDE - SP

CURITIBA

2019

SONIA MARA FERREIRA DE ARAÚJO

ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE COOPERAÇÃO EM REDES PÚBLICAS  
ESTADUAIS E FEDERAIS ASSOCIADAS AO TURISMO: O CASO DE  
RIBEIRÃO GRANDE – SP

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pós-Graduação  
em Gestão Pública, setor de Ciências Sociais  
Aplicadas, Universidade Federal do Paraná  
como requisito a obtenção do título em  
Especialização em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Andréa Torres Barros  
Batinga de Mendonça

CURITIBA

2019

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela oportunidade que me trouxe. Agradeço ao incentivo e apoio da querida amiga, Cristina Fachini, para participar da seleção dos projetos e ingressar no Curso de Especialização.

Muita gratidão ao meu esposo José Roberto e meus filhos, pois foram muitos finais de semana em casa estudando e recebendo a compreensão e carinho de todos.

Agradeço a Prefeita Eliana Santos pela oportunidade de desenvolver o turismo na sua gestão, como cargo de confiança.

**“Duas estradas divergiam em uma bifurcação, e eu peguei a menos percorrida.”**

**- Robert Frost**

## RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo descrever as intervenções da coordenadoria de turismo do município de Ribeirão Grande – SP durante a gestão pública 2017-2020 para acesso aos programas públicos Estaduais e Federais em turismo, como forma de buscar alternativas para compor o orçamento municipal. Em decorrência também apresentou uma proposta técnica para manutenção de políticas públicas em Turismo no município no longo prazo. Identificou-se os gargalos enfrentados nas gestões municipais anteriores com relação às ações de turismo, e por meio de uma análise das contas públicas municipais obteve-se o diagnóstico das possibilidades emergenciais de fontes para aumento das receitas municipais. Apresentou-se os passos que foram obtidos para obtenção do título de Município de Interesse Turístico para Ribeirão Grande e da importância da participação na rede de cooperação intitulada “regionalização do turismo” – Mapa do Turismo do Brasil, ação que abriu portas para lograr ao título pretendido. Por último, apresentou-se uma proposta técnica para dar visibilidade às receitas de Ribeirão Grande, fruto das ações de turismo, além da reorganização das diretorias municipais permitindo uma valorização do turismo e manutenção de ações no longo prazo.

Palavras-chave: Redes Públicas. Cooperação. Ambientes Federativos.

## **ABSTRACT**

This study aimed to describe the interventions from the tourism coordinator of the municipality of Ribeirão Grande - SP during the public management 2017-2020 for access to State and Federal public programs in tourism, as a way of seeking alternatives to compose the municipal budget. It also presented a technical proposal for the maintenance of public policies in Tourism in the municipality in the long term. It was identified the bottlenecks faced in the previous municipal administrations with regard to tourism actions, and through an analysis of the municipal public accounts the diagnosis of the emergency possibilities of sources to increase municipal revenues was obtained. It was presented the steps that were obtained to obtain the title of Tourist Interest for Ribeirão Grande and the importance of participation in the cooperation network entitled "regionalization of tourism" - Mapa do Turismo do Brasil, an action that opened doors to achieve the title required. Finally, a technical proposal was presented to give visibility to Ribeirão Grande's revenues, as a result of tourism actions, as well as the reorganization of municipal directories, allowing tourism to be valued and long-term actions maintained.

Key-words: Public Networks. Cooperation. Federal Environments.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Centro de informações turísticas de Ribeirão Grande.....19
- Figura 2 - Receitas Orçamentárias do Município de Ribeirão Grande  
2014-2018, (valores  
nominais).....21
- Figura 3 - Municípios pertencentes à Região Turística Caverna da Mata  
Atlântica do Mapa do Turismo (2017-  
2019).....27

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Ações implantadas pela Coordenadoria de Turismo na Gestão Municipal de Ribeirão Grande em 2017-2018.....	26
------------	--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variação Real no Orçamento Municipal de Ribeirão Grande – SP (2014- 2018).....	20
---	----

## LISTA DE SIGLAS

UNESCO	- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
PNMT	- Programa Federal de Municipalização do Turismo
EIA/RIMA	- Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
USP	- Universidade de São Paulo
PMDITS	- Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável de Ribeirão Grande – SP
OMT	- Organização Mundial do Turismo
WTCC	- World Traves & Tourism Council
WEF	- Fórum Econômico Mundial
TTCR	- The Travel & Tourism Competitiveness Report
MTur	- Ministério do turismo
EMBRATUR	- Empresa Brasileira de Turismo
CNTur	- Conselho Nacional de Turismo
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
PNT	- Plano Nacional de Turismo
PNMT	- Programa Nacional de Municipalização do Turismo
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DECET	- Departamento de Educação, Esportes e Cultura e Turismo
DEEC	- Departamento de Educação, Esporte e Cultura
ETEC	- Escola Técnica Estadual
MIT	- Município de Interesse Turístico
COMTUR	- Conselho Municipal de Turismo
ICMS	- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
SEPREM	- Serviço de Previdência Municipal de Ribeirão Grande
DADETUR	- Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos

PEI	- Parque Estadual Intervales
PECB	- Parque Estadual Carlos Botelho
PENAP	- Parque Estadual Nascentes do Paranapanema
PETAR	- Parque Estadual Alto Ribeira
CODIVAR	- Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira
SESC	- Serviço Social do Comércio
PDT	- Plano Diretor de Turismo
PPA	- Plano Plurianual
LDO	- Lei de Diretrizes Orçamentárias
ISSQN	- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1	Apresentação.....	10
1.2	Objetivo Geral.....	12
1.3	Objetivos específicos.....	12
1.4	Justificativas do objetivo.....	12
<b>2</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	13
2.1	Panorama da importância do Turismo no Brasil e no Mundo.....	13
2.2	Histórico de criação de Políticas Públicas em âmbito Federal para o Turismo no Brasil.....	14
<b>3</b>	<b>DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA</b> .....	18
3.1	Descrição geral da organização.....	18
3.2	Diagnóstico da situação-problema.....	19
3.2.1	Diagnostico das Contas Públicas Municipais de Ribeirão Grande SP.....	20
3.2.2	Diagnostico da Gestão Municipal nas Ações de Turismo em Ribeirão Grande - SP.....	23
<b>4</b>	<b>PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA</b> .....	23
4.1.	Proposta técnica.....	23
4.1.1.	Plano de implantação.....	24

4.1.1.1	Plano de implantação - Inserção de Ribeirão Grande no Mapa do Turismo Brasileiro.....	26
4.1.1.2	Plano de implantação - Reativação do Conselho Municipal de Turismo.....	28
4.1.1.3	Plano de implantação - Elaboração do Plano Diretor de Turismo e Reconhecimento de Ribeirão Grande como Município de Interesse Turístico (MIT).....	29
4.1.1.4	Plano de implantação - Ações aumento da arrecadação de impostos com o turismo em Ribeirão Grande via para geração de atividades turísticas.....	30
4.1.2	Proposta de Ação.....	31
4.1.2.1	Reforma Administrativa.....	31
4.1.3	Recursos.....	32
4.1.4	Resultados esperados.....	32
4.1.5	Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas.....	33
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>33</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Apresentação

O acesso às políticas públicas federais e estaduais têm se destacado nos últimos anos no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo no Brasil. O município de Ribeirão Grande, São Paulo é pioneiro na participação de programas federais associados ao turismo.

Ribeirão Grande tem sua vocação turística muito bem definida, devido a suas riquezas naturais e culturais, no qual grande parte do território municipal está localizado na porção mais preservada de Mata Atlântica, do contínuo ecológico de Paranapiacaba, sendo considerado um *hotspot* de biodiversidade preservada e Patrimônio Natural da Humanidade reconhecido pela UNESCO. O Parque Estadual Intervales, compõe as unidades de conservação da Mata Atlântica, com uma grande tradição no uso público e reconhecido internacionalmente, sendo os grandes responsáveis por geração de fluxo turístico no município.

Após a emancipação de Capão Bonito em 19 de maio de 1993, Ribeirão Grande foi um dos municípios piloto do Programa Federal de Municipalização do Turismo (PNMT). Isso foi possível devido à elaboração do primeiro Plano de Desenvolvimento Turístico de Ribeirão Grande pelo pesquisador e consultor em turismo o Professor Fernando Nogata Kanni (KANNI, 1997).

Desde a emancipação do município e aquisição da propriedade da Fazenda Intervales pelo Governo do Estado de São Paulo e consequente criação do Parque Estadual Intervales, Ribeirão Grande se tornou a porta de entrada para o Parque, por onde transitam atualmente cerca de 18 mil visitantes.

A presença da mineração de calcário também faz parte do histórico do município. Com a expansão e consolidação da exploração do calcário local, desde a década de 1990 surgiram necessidades de adequações as exigências ambientais, referente aos estudos de impactos ambientais, fato esse que possibilitou um mapeamento minucioso dos aspectos locais, identificando no município de Ribeirão Grande um dos maiores em concentração de Sítio Arqueológicos registrados como patrimônio no Estado de São Paulo.

Nos anos 2000, o município participou de vários estudos que incluíram a questão turística do município, entre elas destacam-se: O Plano de Manejo do Parque Estadual Intervales, Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) realizado para expansões das atividades mineradoras, Participação no Circuito Turístico Paulista Aventura e Lazer, que tinha como objetivo desenvolver a regionalização do turismo, Projeto Ecoturismo na Mata Atlântica, projeto liderado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que trouxe nos seus eixos de trabalhos as capacitações comunitárias, que desdobraram na geração de uma nova visão turística para a localidade e integração com demais atores regionais estabelecidos nesse processo.

No ano de 2012, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande, firmou uma parceria institucional com a USP, no âmbito de Planejamento e Organização do Turismo, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Clarissa Gagliardi, para a elaboração de um novo documento o PMDITS (Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável de Ribeirão Grande – SP) (GAGLIARDI, 2012). Como fruto desses estudos o município de Ribeirão Grande possui três grandes relatórios turísticos, que receberam pouca aplicação prática.

Diante a realização de inúmeros estudos de contextualização do desenvolvimento turístico de Ribeirão Grande, fica evidente o potencial turístico composto pelos segmentos ecológicos, arqueológicos, espeleológicos, gastronômicos, religiosos, cultural, entre outros, que devem ser passíveis de um processo de organização e adequação visando assim à disposição de produtos que possam compor o cenário turístico local. Apesar dessas iniciativas, o turismo ainda tem pouca participação na arrecadação municipal.

Nos últimos anos o município se vê na necessidade de enfrentar a diminuição na arrecadação municipal devido ao fechamento das mineradoras locais.

Dessa forma, esse estudo visa mostrar quais intervenções no setor de turismo do município de Ribeirão Grande – SP têm realizado durante a gestão pública 2017-2020 para acesso aos programas públicos Estaduais e Federais em turismo, como forma de buscar alternativas para compor o orçamento

municipal. Também visa apresentar uma proposta técnica para manutenção de políticas públicas em Turismo no município no longo prazo.

## 1.2 Objetivo Geral

Apresentar as ações para inclusão do município de Ribeirão Grande - SP em programas Públicos Federais de incentivo ao turismo e propor ações para dar visibilidade das contas públicas municipais provenientes de fontes específicas do turismo.

## 1.3 Objetivos Específicos

- Diagnosticar a situação atual das contas públicas municipais de Ribeirão Grande, em especial, a arrecadação municipal;
- Identificação de possíveis fontes de arrecadação municipal por meio da inserção do município em redes públicas estaduais para acesso a programas públicos federais voltados ao turismo;
- Identificar programas públicos em que o município pode ser incluído;
- Propor ações para inclusão do Município de Ribeirão Grande em Programas Públicos Federais e Estaduais.
- Dar visibilidade às contas públicas municipais provenientes de fontes específicas do turismo.

## 1.4 Justificativa do Objetivo

O atual projeto é um estudo de caso sobre cooperação para a criação e fortalecimento de redes estatais no ambiente federativo (MALMEGRIN, 2018). Também é um caso de intervenção e proposição nas contas públicas municipais para geração de indicadores que revelem as ações e impactos do turismo em municípios que trabalham com essa atividade.

No caso em questão esse estudo é de extrema relevância para a Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande – SP porque busca mapear alternativas para melhoria na arrecadação municipal frente à situação de crise econômica em que se encontra.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 Panorama da Importância do Turismo no Brasil e no Mundo**

A segunda metade do século XX é o momento em que o turismo ganha importância mundial e passa a ter um crescimento expressivo, devido ao cenário de recuperação econômica após a Segunda Guerra Mundial, provocando o fenômeno denominado por especialistas de massificação, gerado por fatores econômicos, políticos, educacionais, culturais e trabalhistas (REJOWSKI; SOLHA, 2002). O turismo passou a gerar emprego e renda, recebendo reconhecimento econômico até os dias atuais. A OMT - Organização Mundial do Turismo (2018) divulgou dados que no ano de 2017, o turismo mundial cresceu mais que o esperado, atingindo 1322 bilhões de viajantes internacionais. Em relação ao ano de 2016, o aumento foi de 7%.

De acordo com a *World Travel & Tourism Council* (WTCC), o setor movimentou US\$ 7,6 trilhões em 2017, que representa 10% da riqueza gerada na economia mundial. No mais, o turismo é responsável por 292 milhões de empregos no mundo (WTCC, 2017). A WTTC estima um crescimento do setor de 3,3% até 2027, chegando à contribuição total na economia em 9,1% do PIB mundial, o equivalente a US\$ 212,1 bilhões. Em relação ao número de postos de trabalho gerados, ainda segundo dados da WTTC, o setor gerou mais de 7 milhões de empregos em 2016, ou 7,8% do emprego total.

Segundo o último relatório do Fórum Econômico Mundial (WEF), intitulado *The Travel & Tourism Competitiveness Report* (TTCR), realizado em 2017, o Brasil é considerado o país número 1 do planeta no quesito diversidade dos atrativos naturais e oitavo no quesito recursos culturais (BRASIL - MTur, 2018).

Em 2016 a participação direta do turismo na economia do Brasil foi de US\$ 56,8 bilhões, o equivalente a 3,2% do PIB. Já a contribuição total do setor foi de US\$ 152,2 bilhões, 8,5% do PIB Nacional, de acordo com dados do Ministério do Turismo (BRASIL - MTur, 2018). Em São Paulo nos últimos anos, o turismo foi responsável por 10% de toda a arrecadação estadual e está trazendo cada vez mais oportunidades de renda para diversas atividades dos municípios. O estado de São Paulo é o maior emissor e receptor de turistas do Brasil. O turismo é ainda responsável por gerar 1 milhão de empregos diretos e 2 milhões de empregos indiretos em todo o estado. Todos os anos, São Paulo recebe mais de 50 milhões de turistas (SÃO PAULO, 2018).

## 2.2 Histórico de criação de Políticas Públicas em âmbito Federal para o Turismo no Brasil

O turismo no Brasil também não é um fenômeno recente. Seu desenvolvimento acompanhou a tendência mundial, sendo que a expansão dessa atividade acontece a partir da segunda metade do século XX, quando se consolida uma classe média no Brasil (SOLHA, 2002).

Por volta de 1966, o poder público visualizou a necessidade de criar políticas públicas para atender as grandes demandas de hotelarias, colônias de férias e lazer que a classe média conheceria. Foi então que houve a criação da Empresa Brasileira de Turismo, EMBRATUR, e o Conselho Nacional de Turismo (CNTur).

Em 1980, acontecimentos internacionais como a crise do petróleo e até mesmo crises econômicas internas fazem com que o turismo passe por um período de estagnação, interferindo, por exemplo, na manutenção de estradas e impede o investimento em novos meios de transportes fluviais e ferroviários. Diante desse cenário, o transporte aéreo apresenta grande crescimento. O aeroporto de Cumbica, na cidade de Guarulhos, foi inaugurado em 1985. Também é no final dessa década que emerge com uma nova modalidade de meio de hospedagem, os flats e apart-hotéis e também o surgimento dos primeiros megaprojetos turísticos no Nordeste (SOLHA, 2002).

Em 1994, a EMBRATUR lança o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que tem por objetivo identificar municípios brasileiros com potencial turístico e descentralizar as ações para o setor. Dois anos depois é instituída a Política Nacional para o Turismo (1996-1999), voltada para infraestrutura turística. O período também assiste uma retomada no fluxo de turistas estrangeiros para o Brasil vindos principalmente dos países do MERCOSUL. A definição de uma política para o setor foi fundamental para direcionar os investimentos e, por consequência, possibilitar a melhoria da infraestrutura para os turistas e, então, melhorar a percepção dos visitantes sobre o país. Uma das causas para o aumento no número de turistas. De modo semelhante, programas da EMBRATUR de incentivo ao turismo doméstico também se mostraram importantes na segunda metade da década de 1990 para incentivar o turismo interno e equilibrar o fluxo de turismo emissivo nesse período. As medidas do governo foram acompanhadas pelo barateamento das passagens aéreas e pela melhoria e diversificação dos meios de hospedagem (SOLHA, 2002).

Outra característica da retomada do turismo nos anos 1990 é um movimento de valorização do patrimônio e da cultura, estimulado por uma nova demanda turística e pelo tombamento de vários monumentos e cidades brasileiras pela UNESCO, como por exemplo, Diamantina e Ouro Preto, Minas Gerais, os Sete Povos das Missões, no Rio grande do Sul e Olinda, em Pernambuco. A consolidação desses destinos foi possível por conta de investimentos em equipamentos, vias de acesso, que acontecerem especialmente após 1996, através de financiamentos específicos para o setor, por meio de agências como, por exemplo, o BNDES.

No século XXI, o turismo apresenta mudanças, como o crescimento do consumo da “natureza”, cultura e religiosidade de maneira recreativa e turística. Surge uma valorização maior da autenticidade, busca pela identidade cultural e usos do passado.

No primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007) há a criação do Ministério do Turismo, demonstrando um esforço na institucionalização de políticas públicas para o turismo.

O novo ministério criou o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007 que dava ênfase na descentralização da gestão. Seu principal objetivo era o de

aumentar a oferta de produtos turísticos brasileiros e criar oportunidades de desenvolvimento socioeconômico por meio da ação conjunta do governo federal, estadual e municipal, da sociedade, iniciativa privada e organizações não governamentais. Para a implantação do PNT em todo o Brasil, foram criados fóruns estaduais, que funcionavam como canais de comunicação com a esfera federal. Em 2004, o Ministério do Turismo criou um programa específico para estruturar e administrar o turismo no país de forma descentralizada e por regiões, o Programa de regionalização do turismo (BRASIL - MTur, 2004).

Antes da criação do Ministério do Turismo, o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo instituiu o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que visava uma gestão de forma descentralizada, delegando aos municípios a responsabilidade de desenvolver seu potencial turístico, ficando para o governo federal o papel de orientador e de tomada de decisão dos processos.

Dez anos após a criação do PNMT, observou-se que o turismo não era mais trabalhado de forma municipal, e sim regional, uma vez que os roteiros se encontravam em fronteiras municipais e até mesmo estaduais. Partindo dessa premissa, o Plano Nacional do Turismo 2007-2010 propunha uma integração de municípios em uma região turística para incluir os municípios no processo de desenvolvimento econômico, juntamente com as políticas públicas em curso no setor (BRASIL – MTur, 2007).

A premissa de que o Brasil é um país múltiplo, diverso e complexo se consolida no Plano Nacional de Turismo 2013-2016. Daí que o governo mantém a regionalização como referência territorial para nortear as políticas de desenvolvimento do turismo. Para o Ministério do Turismo, o processo de reestruturação de destinos consiste em atuar em parceria com as unidades da federação, regiões e municípios, tendo como base seus respectivos níveis de desenvolvimento turístico (BRASIL - MTur, 2013b).

Devido à crise econômica houve uma redução do nível de empregos nos anos 2015 e 2016<sup>1</sup>. Com a retomada da atividade econômica em 2017 e pelo fato de o turismo ser uma atividade econômica que necessita de menor

---

<sup>1</sup> Esse índice passou de 8,9% em 2014 para 7,3% em 2015 e 7,0% em 2016 (BRASIL - MTur, 2018).

investimento para a criação de postos de trabalho, prevê-se a melhora deste cenário nos próximos anos (BRASIL - MTur, 2018)<sup>1</sup>.

Em março de 2018 o Ministério publicou o Plano Nacional do Turismo 2018 (BRASIL - MTur, 2018). O documento traz como metas a criação de novos dois milhões de empregos, o aumento do número de turistas nacionais e internacionais, além da ampliação da receita gerada pelo setor.

O programa de regionalização associa o sucesso dessa política ao envolvimento de representantes de todas as instâncias: poder público, empresários, sociedade civil, instituições de ensino e terceiro setor. Especialmente em relação aos municípios, supõe-se que eles participem do planejamento regional das atividades turísticas, agregando valores e serviços por meio de suas peculiaridades.

Tais ações impactam os municípios exigindo articulações regionais. O foco no que aconteceu em Ribeirão Grande será apresentado nesse estudo.

### 2.3 Conceitos Abordados

Esse estudo trata-se de um caso sobre cooperação para a criação e fortalecimento de redes estatais no ambiente federativo (MALMEGRIN, 2018).

Também aborda temas associados ao orçamento público (Santos, 2015), uma vez que propõe alterações nas contas públicas municipais para geração de indicadores que revelem as ações e impactos do turismo em municípios que trabalham com essa atividade.

## **3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA**

### 3.1 Descrição Geral da Organização

Ribeirão Grande é um município jovem, que se emancipou de Capão Bonito em 1993. Segundo IBGE (2017), a população atual do município é de 7.697 habitantes.

Em 2018 a Prefeitura Municipal fechou um orçamento total de R\$ 31.525.657,00 reais, com 380 funcionários distribuídos em sete departamentos: Departamento de Governo e Infraestrutura, Departamento Administrativo, Departamento Operacional e Serviço Público, Departamento de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; Departamento de Saúde; Departamento de Agropecuária, Abastecimento e Meio Ambiente; Departamento de Assistência Social.

Desde a primeira gestão municipal a Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande integrou em suas divisões administrativas o segmento do turismo. Em 1993 a “Divisão de Esportes e Turismo” se inseria no Departamento de Educação, Esportes e Cultura e Turismo (DECET) e assim permaneceu até que em abril de 2011 o DECET foi reorganizado no Departamento de Educação, Esporte e Cultura (DEEC), e o Turismo passou para o Departamento de Agropecuária, Meio Ambiente, Mineração e Turismo, com uma Coordenadoria de Meio Ambiente, Mineração e Turismo. Em 2017 o Turismo volta para a pasta de Educação, Esportes, Cultura e Turismo (DECET), e passa a possuir uma Coordenadoria de Cultura e Turismo. Em 2018 essa coordenadoria passou ao Departamento de Governo e Infraestrutura, sendo que a atual coordenadora responde diretamente ao Gabinete da Prefeita.

A coordenadoria de Turismo está instalada no Portal Municipal de Ribeirão Grande (Figura 1), na entrada do município, onde atende diretamente aos turistas que visitam o município. Conta com dois funcionários municipais (Coordenadora; Técnico em Programação, Informática e Mapeamento e duas Estagiárias do curso de Turismo Receptivo do Centro Paula Souza - ETEC)

Figura 1 – Centro de informações turísticas de Ribeirão Grande.

FONTE: Acervo Próprio (2019)

Na dotação orçamentária para o exercício de 2019 o Departamento de Educação, Esportes, Cultura e Turismo (DECET) recebeu uma alocação de R\$10.071.995,67. Deste montante foi alocado o valor de R\$ 708.505,00 para a Coordenadoria de Cultura e Turismo. Grande parte desse valor (R\$ 600.000,00) é fruto do reconhecimento de Ribeirão Grande como o Município de Interesse Turístico (MIT), a partir da Lei nº 16720 /2018.

### 3.2 Diagnóstico da situação-problema

O Diagnóstico da Situação Problema foi realizado a partir de um levantamento de dados primários por meio de entrevista e fornecimento de dados estatísticos junto ao contador da Diretoria Municipal de Finanças de Ribeirão Grande e pesquisa bibliográfica nas fontes do Governo Federal e Estadual e marcos legais associados ao turismo.

Também foi realizado um levantamento da documentação referente ao turismo no município incluindo a leitura das atas de reuniões do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) desde a primeira implantação do conselho em Ribeirão Grande, levantamento das leis municipais referentes ao turismo e análise da gestão da pasta de turismo dentro das secretarias municipais.

Foi realizada a descrição qualitativa das ações implementadas de turismo de Ribeirão Grande de 2017 até dezembro de 2018 e observação participante. A pesquisa utilizou a observação participante das ações realizadas em turismo dentro da Gestão Municipal de Ribeirão Grande. Com o auxílio da observação participante, foi possível captar os problemas e tensões existentes e identificar grupos sociais com motivações particulares (RICHARDSON, 1999).

### 3.2.1. Diagnostico das Contas Públicas Municipais de Ribeirão Grande - SP

Em 2018 o total de Receitas Orçamentárias e Extra-orçamentárias da Prefeitura Municipal foi de R\$ 31.525.657,00 reais. As receitas orçamentárias totalizaram o montante de R\$ 27.632.048,12 (Tabela 1).

Tabela 1 - Variação Real no Orçamento Municipal de Ribeirão Grande – SP (2014-2018).

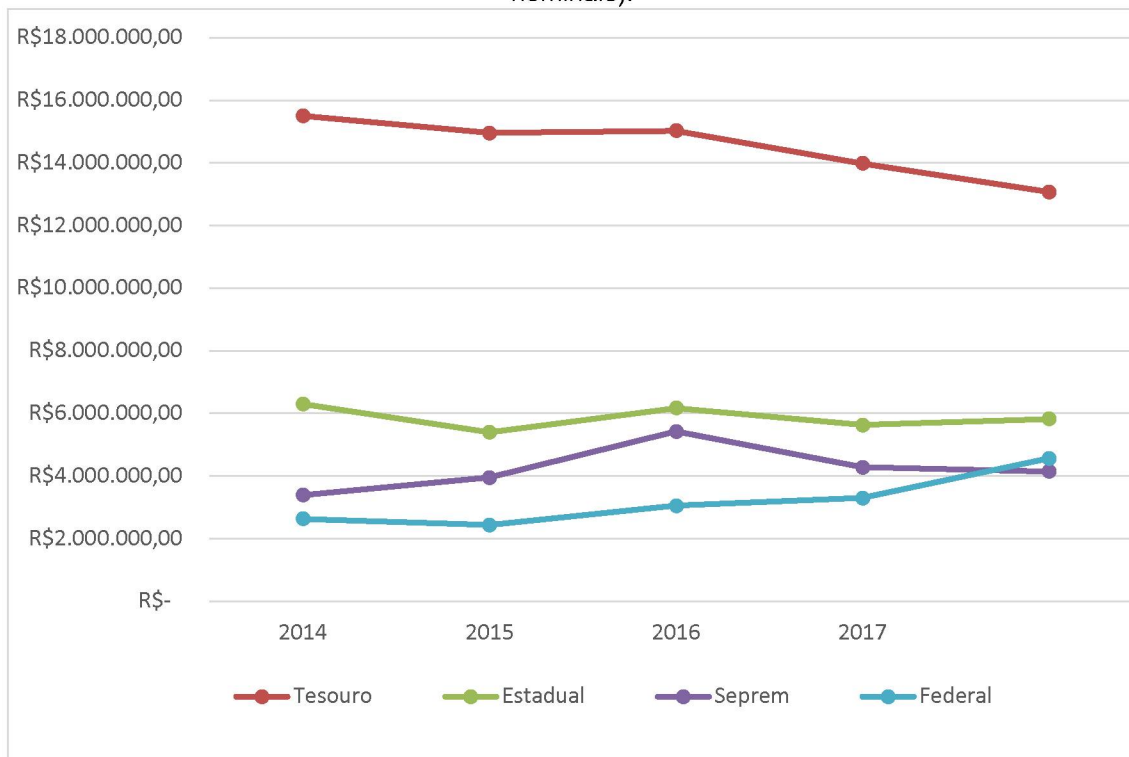
<b>Fonte de Arrecadação / Ano</b>	<b>2014 (Valores corrigidos IPCA até 2018)</b>	<b>2018</b>	<b>Variação real</b>
Tesouro	R\$ 20.985.894,43	R\$ 13.081.736,43	-37,66
Transferências e Convênios Estaduais- Vinculados	R\$ 8.531.372,71	R\$ 5.826.105,85	-31,71
Recursos da Administração Indireta	R\$ 4.596.196,31	R\$ 4.152.936,12	-9,64
Transferências e Convênios Federais- Vinculados	R\$ 3.576.861,81	R\$ 4.571.269,72	27,80
<b>Total da receita orçamentária</b>	<b>R\$ 37.690.325,26</b>	<b>R\$ 27.632.048,12</b>	<b>-26,69</b>

Fonte: Diretoria Municipal de Finanças de Ribeirão Grande, 2019

Segundo informações sobre a arrecadação municipal fornecidas pela Diretoria Municipal de Finanças de Ribeirão Grande – SP, desde 2014 o

orçamento municipal tem sofrido uma significativa redução (Figura 2) no que se refere à fonte de recursos próprios. A perda real sobre as Receitas Orçamentárias Municipal entre 2014 até 2018 foi de 26,69% (Tabela 1).

Figura 2 - Receitas Orçamentárias do Município de Ribeirão Grande 2014-2018, (valores nominais).



FONTE: Diretoria Municipal de Finanças de Ribeirão Grande (2019)

A principal fonte de recursos, o Tesouro, sofreu uma drástica redução real de 37,66% entre os anos de 2014 e 2018. Dentro da conta do Tesouro, a principal fonte de arrecadação municipal em Ribeirão Grande era a Cota-parte do ICMS que representou 60% da arrecadação do Tesouro em 2014, e passou a apenas 40% do total da arrecadação do tesouro em 2018. Essa diminuição se deve ao fechamento de duas mineradoras de calcário e argila, que eram as grandes receptoras de mão de obra local e a maior fonte de arrecadação de impostos municipais. Esse fechamento ocorreu a partir de agosto de 2015 quando a Votorantim Cimentos, empresa do grupo Votorantim, uma das maiores fabricantes de cimentos do mundo, anunciou a suspensão das atividades da fábrica do município de Ribeirão Grande sob as marcas Ribeirão e Votoran (FONTES, 2015). A companhia atribuiu o fechamento devido a uma revisão de

operações para manutenção da competitividade da companhia. A unidade passou a funcionar como centro de distribuição, sem previsão de reativação.

Outro imposto a ser analisado dentro da conta do Tesouro é o Imposto sobre serviços de qualquer natureza, conta para onde são direcionados os impostos das atividades turísticas realizadas em Ribeirão Grande. Essa conta, apesar de representar uma parcela muito menor na conta do Tesouro municipal (3,37% em 2018), também sofreu importante redução nos últimos anos.

Não é possível mensurar, entretanto, a participação das atividades turísticas sobre esse montante, uma vez que o balancete das contas públicas de Ribeirão Grande não especifica os impostos sobre as atividades turísticas municipais.

O único recurso que apresentou aumento nominal foi de Transferências e Convênios Federais Vinculados (Federal), devido a valores recebidos de emendas parlamentares, e em especial, porque 2018 foi um ano de eleição. Mesmo com emendas recebidas, os recursos estaduais tiveram perdas de 7,60% e perda real de 31,71% (Tabela 1).

Em 2018 na conta de Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados, foi prevista a entrada do valor de R\$ 500.000,00 provenientes do reconhecimento de Ribeirão Grande como Município de Interesse Turístico. Esse valor contribuiu para que essa conta não sofresse diminuição em relação ao ano anterior, comprovando a importância da criação de redes públicas de cooperação em ambientes federativos e estaduais.

Os recursos da Recursos da Administração Indireta (SEPREM) não podem ser usados para pagamentos de contas rotineiras da prefeitura, e eles tendem a ter um aumento por causa dos rendimentos de aplicação financeira. Porém, devido ao não repasse da prefeitura das obrigações patronais, até o SEPREM teve perda real de 9,64%.

Dessa forma, a atividade de Turismo tem o potencial de gerar entrada de recursos para o município com o aumento da arrecadação municipal de impostos com a atividade turística e também por meio de transferências diretas estaduais e federais através dos programas voltados ao turismo. Apesar dessas iniciativas, o turismo tem pouca visibilidade nas contas públicas de Ribeirão Grande.

### 3.2.2 Diagnostico da Gestão Municipal nas Ações de Turismo em Ribeirão Grande –SP

A partir do diagnóstico realizado por meio da leitura dos documentos referentes às ações de Turismo em Ribeirão Grande desde sua emancipação, incluindo atas de reuniões do COMTUR e Planos de Turismo elaborados, além da análise por meio da observação participante, foi possível identificar que as políticas públicas Federais e Estaduais voltadas ao turismo desde a década de 1990 e anos 2000 ficaram por vezes em segundo plano dentro da gestão municipal. Um os fatores que influenciaram essa situação, é que ocorreu uma troca constante de pessoas em cargos comissionados associados ao turismo, atrapalhando a continuidade do trabalho realizado. Muitas vezes os recursos humanos comissionados não tinham experiência na área de turismo, ou funcionários efetivos eram colocados em funções que não abrangiam o conhecimento específico tratado aqui.

Outra questão é que por vezes o acesso aos recursos estaduais e federais se dá por meio de Conselhos Municipais de Turismo que em muitas ocasiões a gestão municipal de Ribeirão Grande não se esforçou para manter ativo.

## **4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA**

### 4.1 Proposta Técnica

Tendo em vista que no início da Gestão Municipal (2017-2020) as perspectivas da arrecadação municipal só tenderiam a decrescer devido ao fechamento das mineradoras e crise política e econômica no país, tomou-se como ação prioritária a busca por alternativas que aumentassem a arrecadação municipal via turismo, a partir de duas fontes: Transferências de Recursos Estaduais e Federais e aumento de Impostos.

A primeira parte da Proposta Técnica descreve, portanto, as ações realizadas pela Coordenadoria de Turismo desde 2017, que já geraram

mudanças organizacionais na pasta e impactos positivos nas receitas municipais. A segunda parte visa propor melhorias nas ações em andamento e novas formas de dar visibilidade às contas públicas municipais provenientes de fontes específicas do turismo.

#### 4.1.1 Plano de implantação

Como estratégia de implantação das ações da Coordenadoria de Turismo para aumento das receitas municipais voltadas a esse segmento, em 2017 se deu início à identificação de possíveis fontes de arrecadação municipal voltadas ao turismo. Verificou-se a importância da inserção do município em redes públicas estaduais e federais para o acesso aos programas públicos federais voltados ao turismo.

O mapeamento fontes de arrecadação municipal via acesso aos programas públicos federais voltados ao turismo identificou que no Estado de São Paulo existem dois programas específicos para beneficiar os municípios através do turismo: Estâncias Turísticas e Município de Interesse Turístico (MIT).

O Estado de São Paulo é pioneiro em uma política pública permanente de transferência de recursos para o turismo surgida na década de 1940, quando passaram a ser criadas as Estâncias Climáticas, Balneárias, Hidrominerais e Turísticas.

O MIT é fruto de um projeto de lei estadual que realocou 20% dos recursos destinados às Estâncias Turísticas para essa nova categoria dos MIT, permitindo a expansão e estímulo ao turismo em novos municípios de São Paulo. No Estado os 645 municípios concorrem a 140 vagas para se classificar como MIT e receber anualmente um recurso de R\$597.000,00, para serem investidos em infraestrutura turística.

Atualmente existem 70 estâncias turísticas e 140 Municípios de Interesse Turístico, conforme previsto na Lei Complementar no 1.261, de 29 de abril de 2015 (Brasil, 2015). Tais municípios recebem recursos por meio do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (Dadetur) destinados à realização de obras e programas de infraestrutura para o desenvolvimento turístico, que vão da sinalização e recapeamento de vias

importantes a intervenções de acessibilidade e reformas de monumentos e centros culturais (Assembleia Legislativa do Estado de SP, 2018).

No caso de Ribeirão Grande, identificou-se que o perfil mais apropriado seria o de Município de Interesse Turístico. Os critérios exigidos pela a Lei 1.261, de 29 de abril de 2015 para reconhecimento de um município como MIT apontam dentre as diversas necessidades:

1. Fazer parte do programa federal do Mapa do Turismo Brasileiro;
2. Possuir Plano Diretor De Turismo;
3. Possuir Conselho Municipal de Turismo ativo.

Como forma de intervenção, a atual Coordenadoria de Turismo de Ribeirão Grande identificou, propôs e executou a seguinte agenda de trabalho para aumento da arrecadação municipal via Transferência Estadual por meio do reconhecimento do Município de Interesse Turístico:

Quadro 1 - Ações implantadas pela Coordenadoria de Turismo na Gestão Municipal de Ribeirão Grande em 2017-2018.

<b>Ação</b>	<b>Data</b>
Início da articulação municipal com programas federais e estaduais via participação em um Grupo de Trabalho da Regionalização do Turismo	abr/17
Inserção de Ribeirão Grande no Mapa do Turismo Brasileiro – Cavernas da Mata Atlântica	jun/17
Composição do Conselho Municipal de Turismo - por meio da Portaria 103 de 26/05/2017 e Reorganização do COMTUR por meio da Lei Municipal Lei N. 1260 de 12/12/2017	26/05/2017 e 12/12/2017
Criação do Plano Diretor de Turismo - Lei Municipal N.1248 “Institui o Plano Diretor de Turismo de Ribeirão Grande e dá outras providências”;	27/07/2017
Reconhecimento de Ribeirão Grande como Município de Interesse Turístico (MIT)	15/05/2018

FONTE: Dados da pesquisa

As ações encontram-se detalhadas a seguir, bem como a proposta técnica de continuidade das mesmas.

#### 4.1.1.1 Plano de implantação - Inserção de Ribeirão Grande no Mapa do Turismo Brasileiro

O Estado de São Paulo participa do programa nacional de regionalização do turismo, tendo incluído 436 dos 645 municípios no Mapa do Turismo Brasileiro<sup>2</sup>. A regionalização do turismo é um trabalho conjunto da sociedade civil e gestores municipais, que trabalham para difundir o turismo e construir juntos políticas públicas para serem aplicadas na região trabalhada. Sendo esse fator fundamental para ser inserido no Mapa do Turismo Brasileiro.

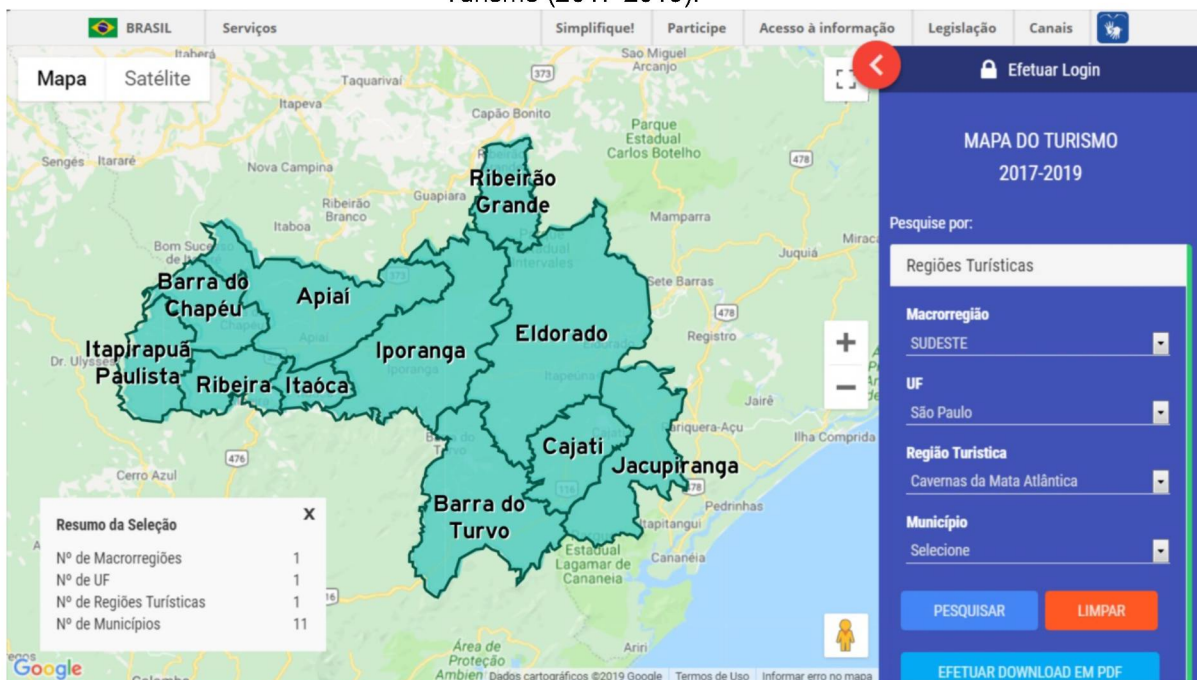
Os municípios do Vale do Paranapanema se destacam por abrigar os parques estaduais que preservam grande parte desses remanescentes, entre eles Ribeirão Grande, sede do Parque Estadual Intervales (PEI), São Miguel Arcanjo, sede do Parque Estadual Carlos Botelho (PECB); Capão Bonito, sede do Parque Estadual Nascentes do Paranapanema (PENAP), e Apiaí, sede do Parque Estadual Alto Ribeira (PETAR).

<sup>2</sup> <http://www.mapa.turismo.gov.br>

Ribeirão Grande está localizado entre os Vales do Ribeira e Paranapanema. Nessa divisa existem dois programas de regionalização que onde Ribeirão Grande poderia se inserir: o Verde Sudoeste Paulista e as Cavernas da Mata Atlântica (Figura 3).

Entre 2013 a 2015 Ribeirão Grande fazia parte do Verde Sudoeste Paulista, e em 2015 na renovação do programa, o município ficou fora os programas de regionalização existentes. Atualmente a Região Verde Sudoeste Paulista está sendo pouco trabalhada, e tem pouca articulação entre os municípios participantes, por isso a gestão municipal em 2017 se mobilizou para se integrar à região das Cavernas da Mata Atlântica projeto que estava em construção na época da adesão do município no programa da Regionalização do turismo. A Região Turística Caverna da Mata Atlântica contempla atualmente onze municípios do Vale do Ribeira: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Eldorado, Iporanga, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Jacupiranga, Ribeira e Ribeirão Grande.

Figura 3 - Municípios pertencentes à Região Turística Caverna da Mata Atlântica do Mapa do Turismo (2017-2019).



FONTE: <http://www.mapa.turismo.gov.br>

A participação de Ribeirão Grande no Mapa do Turismo Brasileiro deu acesso ao município à participação nessa rede pública federal, o que possibilitou também o acesso aos programas estaduais de transferência de recursos para o turismo.

Ainda, como estratégia adicional para transferência de recursos do turismo para essa região, desde 2017 até meados de 2018, os municípios participantes da região das Cavernas da Mata Atlântica elaboraram Plano de Turismo Regional Cavernas da Mata Atlântica, projeto esse que será entregue ao governo do estado no primeiro trimestre de 2019. O governo atualmente tem um olhar para as regiões de maneira a investir em projetos que abrangem uma região e não somente um município.

O plano foi construído com assessoria técnica do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (CODIVAR) e SESC Registro, que são agentes articuladores dessa política pública regional. O projeto será apresentado para a Assembleia dos Prefeitos do Estado de São Paulo em meados em 2019. Esse documento será apresentado para o Governo do Estado e Ministério do Turismo. Os possíveis benefícios dessas ações integram a participação de Ribeirão Grande.

#### 4.1.1.2 Plano de implantação - Reativação do Conselho Municipal de Turismo

O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR é outro quesito importante para os municípios que trabalham turismo. Atualmente o Conselho é consultivo e deliberativo, tendo em sua composição 1/3 da sociedade civil e o restante ocupado por membros da cadeia produtiva do turismo abrangendo todos os setores como empresas de turismo, bares, restaurantes, empreendimentos de receptivo, hotéis etc. O conselho atua diretamente com o poder público, tem poder de decisão no que se refere ao turismo local, e tendo como presidente do conselho um membro da sociedade civil.

O processo de organização do COMTUR em Ribeirão Grande aconteceu em 2017 juntamente com a Sociedade Civil Organizada através da realização de reuniões estratégicas com núcleos rurais e tradicionais do município, visando gerar fomento e organização para o desenvolvimento turístico das localidades e

manutenção das tradições culturais locais, que formam o contexto histórico do município.

A reestruturação do COMTUR foi outro aspecto realizado que permitiu o cumprimento das exigências para o reconhecimento do município como MIT. Esse, entretanto, foi apenas o primeiro degrau galgado uma vez que existe o desafio da manutenção do COMTUR ativo e participante na execução de ações voltadas ao turismo em Ribeirão Grande. Atualmente o COMTUR possui reuniões bimestrais. Todas as pautas associadas à transferência dos recursos via políticas estaduais e federais são pautas obrigatórias de discussão nesse conselho. A pauta atualmente do COMTUR tem discutido a utilização do recurso pelo MIT e decidiu investir na construção de um Centro Cultural e Turístico para Ribeirão Grande.

#### 4.1.1.3 Plano de implantação - Elaboração do Plano Diretor de Turismo e Reconhecimento de Ribeirão Grande como Município de Interesse Turístico (MIT)

O Plano Diretor de Turismo (PDT) norteia o gestor durante três anos depois da sua aprovação na Câmara Municipal como projeto de lei. Nele estão inseridos todos os dados relevantes para o desenvolvimento turístico do município. Esses dados servem para mostrar aos agentes de desenvolvimento local todo potencial do lugar, seja ele gastronômico, cultural ou histórico. É um planejamento de curto, médio e longo prazo. O Plano Diretor de Turismo de Ribeirão Grande foi entregue e aprovado pela Câmara Municipal de Ribeirão Grande e instituído como lei municipal em julho de 2017. O PDT foi apresentado a Câmara dos Deputados Estaduais, sendo aprovado como Município de Interesse Turístico Lei nº 16720 /2018.

A cada 3 anos os municípios que são MIT passam por uma avaliação, e necessitam atualizar o Plano Diretor de Turismo, reapresentado dados atualizados do estudo de demanda turística e um relatório evidenciando se as ações propostas no PDT foram implementadas e se o recurso foi bem aplicado. Ainda, a lei que define critérios para reconhecimento como MIT está sendo

revisada, podendo se tornar mais exigente, e, portanto, o município deve se manter atento aos critérios que são renovados.

Nesse ranqueamento, quem não atender aos critérios e não executar as ações do Plano Diretor perderá o título e os recursos destinados. Esses são os desafios a serem observados em Ribeirão Grande.

#### 4.1.1.4 Plano de implantação - Ações aumento da arrecadação de impostos com o turismo em Ribeirão Grande via para geração de atividades turísticas

Fazendo o uso das parcerias entre prefeitura municipal e iniciativa privada foi possível a capacitação de empreendedores nas áreas do artesanato e gastronomia, receptivo turístico, propiciando a criação do grupo que se denomina Empreendedores do Turismo, o qual realiza o receptivo nos eventos turísticos no município, ofertando a gastronomia e o artesanato local. Esse trabalho tem obtido bons resultados, gerando empregos temporários e movimentando o comércio local.

Esse grupo tem trabalhado por meio de uma gestão mais aberta, levando a conhecimento dos cidadãos as obrigações e deveres de ambas as partes (sociedade civil e poder público). Gera um trabalho mais efetivo e descentralizado, levando a resultados onde os erros e acertos são de responsabilidade mútua das partes.

O primeiro exemplo dessa ação foi à realização do Primeiro Evento Turístico de Ribeirão Grande “300 Anos das Minas do Paranapanema” – associado ao histórico da mineração de ouro no período colonial dentro do território pertencente atualmente a Ribeirão Grande. Marco do evento foi a Inauguração da Praça dos Encanados, com presença do deputado estadual Edson Giriboni.

Durante a preparação do evento houve a Capacitação “Resgate Histórico e Cultural de Ribeirão Grande”, voltada aos guias do Parque Estadual Intervales, comerciantes locais e estudantes. Os participantes da Praça de Alimentação também receberam a capacitação e certificado do Curso de Manipulação de Alimentos, parcerias entre Departamento Saúde Vigilância sanitária e Educação para poder trabalhar no evento.

Desde então o grupo já participou de mais quatro eventos realizados pela Prefeitura Municipal: Carnaval, Aniversário da cidade, Copa Sudoeste de Mountain Bike e segundo evento das Minas do Paranapanema. O grupo tem se auto-organizado para planejar novos eventos e se manterem ativos.

#### 4.1.2 Proposta de Ação

Diante das ações já executadas até o momento, percebe-se que ainda existe a necessidade de dar visibilidade às ações de turismo que vem sendo realizadas para que haja transparência nas contas públicas e geração de indicadores de fácil acesso que revelem os impactos positivos que o turismo tem gerado para o município de Ribeirão Grande. Dessa forma, propõe-se duas ações visando criar autonomia e eficácia na execução de ações para o desenvolvimento turístico local por meio da estruturação financeira e de recursos humanos na gestão pública municipal.

##### 4.1.2.1 Reforma Administrativa

Com o ordenamento das atividades turísticas de Ribeirão Grande, propõe-se um estudo de viabilidade dentro dos aspectos legais, para realização de uma reforma administrativa, amparada no Plano Plurianual (PPA), e estruturado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), visando à criação de uma estrutura independente para a gestão do desenvolvimento turístico, com possibilidade de criação de cargos efetivos de técnicos, previsão orçamentária adequada e estrutura de apoio necessária para um bom desenvolvimento das ações. Ações básicas para implementação incluem um estudo de viabilidade de reforma administrativa e contemplação da referida reforma no PPA.

Concomitante à proposta da reforma administrativa, é necessário realizar um levantamento de possíveis fontes de recursos para impulsionar as ações públicas para o desenvolvimento do turismo no município. Nesse sentido faz-se necessário que a Departamento Municipal de Finanças crie uma separação da arrecadação municipal com o Imposto Sobre Serviços de Qualquer

Natureza (ISSQN), para os Grupos 09 (serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres), 12.07 (shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres) e 12.08 (feiras, exposições, congressos e congêneres), a fim de que haja clareza quanto à arrecadação municipal atual, proveniente do turismo. Essa fonte de recursos poderia ser direcionada ao apoio das ações públicas voltadas ao turismo.

#### 4.1.3 Recursos

Para implantação e operação da proposta técnica das ações propostas existe uma baixa necessidade de mobilização de recursos. Acredita-se que é necessário mobilizar recursos humanos da secretaria de finanças para que realizem os estudos necessários para separação das contas públicas. Também é necessária a mobilização da câmara dos vereadores para discussão e reorganização dos departamentos do município. Nesse sentido, a criação de um novo departamento voltado ao turismo poderá onerar o município, porém de forma pouco impactante, haja visto que o quadro de funcionários atual permanecerá o mesmo. As instalações já estão sendo atendidas pelos recursos provenientes do reconhecimento de Ribeirão Grande como MIT.

#### 4.1.4 Resultados esperados

As metas associadas à proposta técnica em questão incluem:

Manutenção de Ribeirão Grande como MIT. Tendo em vista que 2020 é um ano eleitoral e que justamente nesse ano será necessário apresentar uma atualização do Plano Diretor, existe o desafio de articular as ações com a gestão atual para que Ribeirão Grande se mantenha como MIT na gestão seguinte.

A criação de um Departamento Específico para Turismo poderá favorecer a ação anterior e, portanto, é meta que ela seja implantada até junho de 2019, durante a elaboração da LDO para 2020.

Dessa mesma forma, torna-se de extrema relevância e urgente que haja a reorganização das contas públicas para evidencia da arrecadação com

Turismo – o que poderá incentivar que as demais ações previstas sejam executadas. Para tanto, esse estudo e apresentação da proposta também deve ser realizado até junho de 2019.

#### 4.1.5 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas

Os riscos associados envolvem a desarticulação da gestão atual com o turismo, devido às questões políticas, dificultando a movimentação para criação de um novo Departamento e em consequência, desarticulando as ações seguintes referentes à reorganização das contas públicas e manutenção do MIT.

A falta de indicadores de turismo no município pode trazer uma falta de entendimento por parte dos munícipes e câmara de vereadores quanto à importância e potencial que o segmento tem para Ribeirão Grande.

## 5 CONCLUSÃO

Esse trabalho teve como objetivo descrever as intervenções da coordenadoria de turismo do município de Ribeirão Grande – SP durante a gestão pública 2017-2020 para acesso aos programas públicos Estaduais e Federais em turismo, como forma de buscar alternativas para compor o orçamento municipal. Em decorrência também apresentou uma proposta técnica para manutenção de políticas públicas em Turismo no município no longo prazo. Identificou-se os gargalos enfrentados nas gestões municipais anteriores com relação às ações de turismo, e por meio de uma análise das contas públicas municipais obteve-se o diagnóstico das possibilidades emergenciais de fontes para aumento das receitas municipais. Apresentou-se os passos que foram obtidos para obtenção do título de Município de Interesse Turístico para Ribeirão Grande e da importância da participação na rede de cooperação intitulada “regionalização do turismo” – Mapa do Turismo do Brasil, ação que abriu portas para lograr ao título pretendido. Por último, apresentou-se uma proposta técnica para dar visibilidade às receitas de Ribeirão Grande, fruto das ações de turismo, além da reorganização das diretorias municipais permitindo uma valorização do turismo e manutenção de ações no longo prazo.

Entende-se que, apesar do município apresentar clara vocação ao turismo, as ações de turismo ainda trazer impactos apenas indiretos nas contas municipais, e que existe a necessidade de traduzir essas ações, dando clareza quanto à entrada de receitas via arrecadação de impostos, fruto das ações que estão em andamento. Ainda, espera-se que a reativação do COMTUR e a apresentação dessas propostas tanto ao conselho quanto à câmara de vereadores possa lograr apoio para a continuidade de valorização do segmento. Esperamos com esse trabalho que a gestão local possa usufruir do conteúdo deste projeto técnico que, além de consistir num exercício de vivência da pesquisa, contribuirá para acenar com propostas para a implantação de soluções inteligentes quanto ao custo-benefício dessas ações para a instituição municipal.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo: uma viagem de inclusão – 2007/2010. Brasília: 2007

BRASIL, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas. Brasília, 2013

BRASIL, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. Diretrizes. Brasília, 2013b

BRASIL, Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil. Brasília: 2018

FONTES, S. Votorantim Cimentos suspende produção em fábrica no interior paulista. Valor Econômico, 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4145168/votorantim-cimentos-suspende-producao-em-fabrica-no-interior-paulista>> Acesso em: 10/01/2019

GAGLIARDI, C. (ED.). Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS): Município de Ribeirão Grande. São Paulo: ECA-USP, 2012.

IBGE. Estimativa de população. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html> Acesso em:15/03/2018

KANNI, F. N. Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Ribeirão Grande – SP: princípios, diretrizes, estratégias e programas. São Paulo: SENAC, 1997

LEI Nº 16.720, DE 15 DE MAIO DE 2018 Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://joojihato.com/wp-content/uploads/2018/08/LEI-16720.pdf> . Acesso em:16/04/2018

MALMEGRIN, Maria Leonídia Redes públicas de cooperação em ambientes federativos / Maria Leonídia Malmegrin. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2014. 116p. : il. Especialização

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO – OMT. Visa Openness Report, OMT, 2016. Disponível em: < <https://www.e-unwto.org>>. Acesso em:15/03/2018

RICHARDSON, R. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999

REJOWSKI, M.; SOLHA, K. T.. Turismo em um cenário de mudanças. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, p. 75-122, 2002.

SÃO PAULO. Portal do governo do estado de São Paulo. Disponível em: [http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia\\_tour.php?cod\\_menu=111](http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia_tour.php?cod_menu=111). Acesso em: 19/06/2018

SANTOS, RITA DE CÁSSIA. Plano plurianual e orçamento público – 3. ed. rev. ampl. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015. 189p

SOLHA, K. T. Evolução do turismo no Brasil. In Rejowski, Mirian. **Turismo no percurso do tempo**. Mirian Rejowski (organizadora), São Paulo: Aleph, 2002, pp. 123-162

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL - WTTC. “Travel & tourism economic impact 2017. Brazil”. Março, 2017